

## **Aprender com a história, semear lutas e colher vitórias!**

As Jornadas de Junho completaram 10 anos. O cenário político mudou de lá para cá. A falta de uma resposta da classe política que estivesse à altura das reivindicações populares criou um clima de desconfiança generalizado no sistema político que desembocou no crescimento do apartidarismo e do antipetismo. A história da luta de classes ensina os revolucionários a não negligenciar as condições objetivas da luta por viradas a nosso favor em diferentes etapas históricas.

Mesmo diante da maior da massificação das lutas sociais no Brasil deste século, até o momento, a esquerda institucionalizada, no governo em 2013, seguiu apostando alto na conciliação com a burguesia, fragilizando a base social do governo Dilma, fazendo-a refém do fisiologismo no parlamento.

O preço pago foi tão alto quanto a aposta. A classe trabalhadora sofreu um golpe jurídico-parlamentar em 2016 e, conseqüentemente, foi vítima de retrocessos massacrantes, perdendo direitos conquistados a muito custo durante os anos do governo social liberal petista. A política operada por Michel Temer após o golpe, balizada pela reação neoliberal, conservadora e sabidamente corrupta, pavimentou a estrada para a escalada do neofascismo no Brasil.

A eleição de Jair Bolsonaro em 2018, como parte da onda reacionária global, trouxe dos esgotos da sociedade o obscurantismo, a política genocida, xenofóbica, misógina, racista, lgbtfóbica e anti ambientalista e de aprofundamento das desigualdades sociais. Lembremos que o fascismo é a resposta extrema da burguesia quando a crise do capitalismo ameaça seus privilégios de classe.

O bolsonarismo derrotado eleitoralmente em 2022 segue vivo na sociedade civil e influencia pelo menos 1 em cada 3 brasileiros. A tentativa de golpe em 8 de janeiro de 2023 foi a expressão do golpismo bolsonarista com o resultado das urnas e a demonstração do grau de reacionarismo desse setor, que não se sente contemplado sequer com a democracia liberal.

O governo Lula 3 começou buscando retomar políticas importantes que deram popularidade eleitoral ao petismo no passado. As retomadas do Minha Casa Minha Vida e do Bolsa Família indicam algum nível de compromisso desse governo com setores excluídos da nossa sociedade.

A plataforma do novo governo novamente se funda numa retórica desenvolvimentista, pautando a "reindustrialização" do Brasil e o papel decisivo do Estado na Economia. Entretanto, as contradições entre o prometido e o realizável aparecem logo no início do novo mandato, Mas as pautas urgentes da classe trabalhadora se chocam com o perfil fiscalista da equipe econômica liderada por Fernando Haddad, que, visando a governabilidade, apresenta uma proposta de arcabouço fiscal para substituir o Teto de Gastos de Temer. Isso indica que o petismo inicia seu quarto ciclo disposto a ser, outra vez, um governo de conciliação, submetido aos riscos políticos e institucionais que isso implica.

## **Lugar do PSOL de 2013 até aqui**

O PSOL foi uma das organizações políticas que mais se destacou nas Jornadas de Junho de 2013. Não vacilou na identificação do fio condutor das mobilizações de rua, reivindicou que as decisões sobre os rumos do país não fossem tomadas em gabinetes e levassem em conta as vozes que ecoavam em todo país. O partido se mostrou disposto a ocupar a institucionalidade sem perder a conexão com as lutas dos movimentos sociais, da juventude, dos sindicatos, das mulheres, dos povos indígenas, dos LGBTQIAP+, do povo negro, da população de rua e todos os setores explorados pelo capital.

Uma mudança considerável na forma de fazer luta social neste século que expressou muito da sua força em 2013 veio com o uso da internet e redes sociais. Principais veículos de mobilização das Jornadas de Junho, as redes também se tornaram instrumentos de luta política. Contudo, essa ferramenta, que não é neutra, tem sido aparelhada com muito mais recursos e expertise pelos nossos adversários e inimigos.

Nas eleições presidenciais de 2014, o PSOL teve a ousadia de levar para seu programa eleitoral o espírito das Jornadas de Junho. Compreendendo os reais objetivos da Operação Lava Jato, se opôs às suas ilegalidades e denunciou a articulação do golpe de 2016.

Articulado com movimentos sociais engajados na mesma defesa, nosso partido formou a Frente Povo Sem Medo, tendo como saldo a decisão de quadros do MTST de se somarem conosco. Esse processo resultou na candidatura de Guilherme Boulos à Presidente do Brasil em 2018. Esses acertos políticos fizeram com que o partido crescesse, vencendo a cláusula de barreira e aumentando nossas bancadas legislativas em todo o país. É em meio a esse processo que se dá o assassinato da Marielle Franco, vereadora do PSOL na cidade do Rio de Janeiro.

Durante o governo Bolsonaro, o PSOL sempre denunciou as maldades da política econômica de Paulo Guedes. Na pandemia, somou-se às cozinhas solidárias e grupos diversos que pautaram ações de combate à fome e à insegurança alimentar de famílias que sofreram com a perda de renda e de parentes nesse contexto. Estivemos do lado da ciência e das vacinas, denunciando as tentativas de corrupção do governo no caso Covaxin e combatendo os negacionistas na CPI da Covid19.

Nas eleições de 2022, momento decisivo para o país, o PSOL abriu mão da candidatura própria à presidência para apoiar o único candidato capaz de derrotar o fascismo nas urnas. O PSOL esteve mobilizado no 1º e no 2º turno da eleição presidencial, apresentando um programa à esquerda para a campanha, ciente dos limites na composição política da campanha petista.

A compreensão dos limites dessa institucionalidade levou o PSOL a não indicar oficialmente nenhum de seus quadros a cargos no governo, garantindo uma posição de autonomia e independência política nas posições da bancada na Câmara Federal.

Após a vitória de Lula, o PSOL compreende que a tarefa central segue sendo a derrota do fascismo e que, por isso, defender o governo Lula 3 dos ataques bolsonaristas se faz necessário. Mas, sem perder de vista a experiência histórica da luta das classes subalternizadas e oprimidas, ressaltamos que a defesa da governabilidade contra a extrema-direita é uma posição tática para a estratégia de avanços para a classe trabalhadora.

O lugar do PSOL nessa conjuntura segue sendo o da reorganização da esquerda brasileira. Resgatar a consciência de classe nesse processo histórico compreendendo que avançar na construção da revolução brasileira, calcada na mobilização de massas, passa por não guardar ilusões com o petismo, mas, dialeticamente, entende que este campo político também é parte do processo desse acúmulo histórico.

O dever do PSOL é assumir o espírito mobilizador das Jornadas de Junho de 2013 e ultrapassá-lo em defesa de um programa ecossocialista e anticapitalista, para colaborar nos diversos campos da luta social por um novo momento histórico de ascensão do movimento de massas e canalizar o sentimento progressista das ruas, rumo ao desejo revolucionário por mudanças estruturais do sistema social brasileiro.

### **Conjuntura Estadual**

Pela primeira vez em Pernambuco, tivemos a eleição de uma governadora. Contudo, o projeto representado por ela é um projeto neoliberal, pautado pelo enfraquecimento do serviço público,

por um modelo de gestão pública gerencialista e privatista, sem diálogo e em desacordo com as necessidades da maioria da população pernambucana. Mostra-se, já neste início, um aprofundamento dos problemas já encontrados nos governos do PSB.

Nestes meses iniciais de sua gestão, a governadora não tem deixado dúvidas sobre o que os trabalhadores e setores oprimidos da sociedade podem aguardar de um governo da direita tradicional. Amargando o terceiro lugar como Estado mais desigual do Brasil, a governadora desarticulou, no início da gestão, os serviços públicos que já estavam aquém das necessidades do povo pernambucano. Exonerou todas as chefias de gestão de políticas públicas do governo anterior, sem sequer garantir que o novo governo pudesse se apropriar da situação dos serviços públicos oferecidos em Pernambuco durante a transição. O resultado foi desastroso, impactando diretamente a vida das populações vulneráveis.

Na área da educação, temos visto a desorganização com materiais didáticos, merenda escolar e atrasos no pagamento do pessoal terceirizado. Na área da saúde, continua a falta de compromisso com o Piso da Enfermagem, a falta de UTIs infantis e o anúncio do fechamento, ao final do mês de junho, do Hospital Brites de Albuquerque. No transporte público, mantém em funcionamento todas as nefastas medidas dos governos do PSB: dupla função do motorista/manutenção da demissão de cobradores, ampliação do golpe sobre o bolso do passageiro com a falsa Integração Temporal, destruição do Sistema Estruturado Integrado (SEI).

As dificuldades de diálogo e negociação da governadora com a classe trabalhadora já levaram a paralisações de categorias de pelo menos dois serviços fundamentais. Profissionais da educação e da saúde do Estado exigem reposição salarial e o pagamento do piso constitucional integral regulamentado para as categorias sem excluir os segmentos mais qualificados e mais antigos.

O conjunto de alianças do governo Raquel Lyra também evidencia bem o que esperar deste governo nos próximos anos. No interior do estado, vemos a governadora se aliar ao que há de mais atrasado, como a família Hacker, oligarquia da Mata Sul de Pernambuco, e a família Coelho, de Petrolina. É um governo em que há espaço para não só a direita tradicional mas também a extrema direita bolsonarista, com a família Ferreira, que tem indicado nomes para cargos, e a família Collins, que tem apontado o caminho da política de drogas no governo.

Logo, compreendemos que o PSOL deve manter e aperfeiçoar a sua postura de oposição pela esquerda à atual governadora de Pernambuco. Os demais partidos de esquerda não têm dado uma resposta à altura do problema. O PSOL precisa tomar iniciativas que alertem o PT e o PCdoB de Pernambuco para as profundas responsabilidades que têm entre setores oprimidos da sociedade pernambucana.

O partido deve adotar táticas que provoquem o restante da esquerda pernambucana a se manifestar sobre a sua visão e relação política com o governo do estado. Deve envolver sua militância de base, a direção estadual e os nossos parlamentares para cumprir este papel tanto de oposição pela esquerda a Raquel e seus aliados como buscando iniciativas para provocar uma mudança de postura do PT e do PCdoB diante do governo.

## **Balanco do PSOL**

### **Setoriais e núcleos do PSOL: artérias da democracia partidária**

O PSOL, no 8º Congresso Nacional, tem mais uma oportunidade para realizar um balanço de seu desempenho político e de sua estratégia partidária. Surgimos como partido da necessidade de uma alternativa à esquerda do capital. Para os que defendem o PSOL como uma ferramenta de disputa das consciências, é necessário que o partido siga afirmando o quanto ele é necessário. Para isso,

devemos compreender como o partido construirá uma agenda ecossocialista, aliada à compreensão das lutas sociais como fator de mudanças. Essa compreensão impõe que evitemos o engessamento e a burocratização do partido, fazendo dele uma ferramenta de luta coletiva.

Na história desses 19 anos de PSOL, buscou-se por vezes materializar a democracia partidária através dos núcleos de base, instrumentos legítimos para a oxigenação da vida política interna. Porém, guardada a experiência da construção partidária em Pernambuco, este instrumento sempre se viu negligenciado por parte das direções estaduais. Outra instância regulamentada pelo estatuto partidário são os setoriais. Sendo instâncias mais amplas, têm maior capacidade de aderência orgânica, mas tal como os núcleos, carecem de estímulo político por parte das forças partidárias.

Setoriais e núcleos partidários são instrumentos de base que constroem democracia direta e subvertem a lógica da burocracia nas estruturas de micro-poder. São ferramentas indispensáveis que precisam operar regularmente e espaços com competência para a elaboração de análises da realidade e formulação de políticas públicas. Seus debates devem orientar a atuação do partido junto aos nossos mandatos, juntos aos movimentos sociais aliados e perante o conjunto da sociedade. Fortalecer e operar esses espaços significa dar condições ao exercício da democracia direta no partido.

### **Semear os territórios e valorizar o PSOL no interior**

A luta territorial é elementar para os que não se veem localizados nas disputas das metrópoles. São espaços igualmente dominados pelos controles dos aparelhos capitalistas, tal como as grandes cidades, mas a disputa das cidades periféricas e do campo tem suas especificidades. A cidade enquanto ente público é a agenda mobilizadora que pauta a luta dos comunistas, socialistas e democratas que moram pelo interior, em busca de “trazer o PSOL para cá”. Esse sentimento deve ser, sobretudo, respeitado, pois exige um grande esforço desses ativistas que enfrentam discriminações das mais diversas, próprias da tradicionalidade coronelista da política brasileira. Portanto, para fazer luz a esse respeito, a **ATENÇÃO** e a **ACOLHIDA** são o mínimo para quem quer ter um partido capilarizado, para além da Região Metropolitana do Recife.

A **ATENÇÃO** requer estar à disposição da escuta, respeitar a diversidade dos acúmulos e os ritmos políticos territoriais. Já a **ACOLHIDA** requer dedicar-se a tarefa da construção realizando imersões sistemáticas nos territórios, construindo uma rotina de relações orgânicas sujeitas ao fortalecimento de vínculos e sentimento de pertencimento dos sujeitos locais com a legenda.

O PSOL, se quer deixar de ser um “partido da capital”, deve investir em uma política de formação que reconheça as particularidades, apoiando as iniciativas de mobilização nos territórios. Apoio político, financeiro e jurídico; dando condições de articulação aos DMs e segurança aos filiados.

Realçando o processo congressual de 2017, a pauta da “interiorização do PSOL” foi um dos temas centrais daquele congresso e que não passou de promessas não cumpridas, produzindo frustrações nos que honestamente acreditaram nesse discurso. Sucedem-se eleições onde a potencialidade dos recursos se concentra nas figuras públicas que se cristalizam na capital, frustrando desejos por novas candidaturas pelo PSOL nas cidades do interior, dificultando a constituição de chapas. No congresso de 2021, esse balanço foi comprometido por conta do formato que se deu. Os debates virtuais, necessários por conta da pandemia, afastaram ainda mais um partido que pouco cultivava a **ATENÇÃO** e **ACOLHIDA** dos filiados do interior.

Espera-se que, neste congresso de 2023, o PSOL PE possa trazer esse assunto à pauta dos territórios com a devida responsabilidade. A coragem que se requer para construir um partido socialista forte com densidade eleitoral e organicidade nas cidades do interior de Pernambuco deve ser a mesma que se requer para enfrentar de forma aberta esse debate urgente.